DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DODFe

Versão Digital

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

CASA CIVIL

SECRETARIA EXECUTIVA DE ATOS OFICIAIS

SEJUS

SEÇÃO I >> CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA

350ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 27 dias do mês de agosto do ano de 2024, por videoconferência, às 9h, verificado o quórum regimental, deu-se a abertura oficial da **350ª Reunião Plenária Ordinária** do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a condução do senhor João Henrique Barbosa, Presidente do Conselho. Presentes os Conselheiros de Direitos: (1) Representantes Governamentais: Eduardo Chaves da Silva, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Sejus (Infância e Adolescência); Carolina Yoshii Galli, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Direitos Humanos); Flávia Carneiro Nunes Sales, representante da Casa Civil; Rodrigo Marcelo do Amparo Simões, representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer; Jacira Germana Batista dos Reis, representante da Secretaria de Estado de Educação; (2) Representantes da Sociedade Civil: João Henrique da Silva Barbosa, representante do Instituto do Carinho e Presidente do CDCA, Valdemar Martins da silva, representante da Casa de Ismael Lar da Criança; Paloma da Silva Sousa e Rayane Rodrigues de Aquino, representantes do Instituto AMPB de Solidariedade; Francisco Beto Rodrigues Corrêa, representante do Sindicato dos Empregados em Inst. Beneficentes Religiosas e Filantrópicas - Sintibref/DF; Celiomar Dias de Oliveira, representante do Projeto Integral de Vida - Pró-Vida; Patricia Andrade Santiago Silva Mello, representante da Aldeias Infantis SOS Brasil; André Souza Santos, representante da instituição Projeto Integral de Vida - Pró-Vida; Joelma Oliveira Bonfim e Cleysiane Ferreira Lima, representantes do Instituto Futuro e Ação - IFA; Daise Lourenço Moisés, e Lorena Marinho da Silva, representantes do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social do Distrito Federal - Cepas; Rafaela Cristina Lopes Reis, representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal - Sintibref/DF; Maria Meire Nascimento da Costa, representante da instituição Lar da Criança Padre Cícero; João Donadon, representante da instituição Casa de Ismael - Lar da Criança; Erik Johnnatan Pereira Abreu , representante da Assistência Social Casa Azul; Juliana Miranda Damasceno Monteiro, representante da instituição Aconchego - Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária; Milda Lourdes Pala Moraes, representante do Instituto Espírito de Luz - IEL; Wladimir Rocha de Souza Telles Coubelli, representante do Sindicato dos Servidores da Assistencia Social e Cultural do GDF - Sindsasc/DF. (3) Demais participantes: Luisa de Marillac Xavier Passo, representante do MPDFT; Lude Marieta Gonçalves dos Santos Neves, representante do

Conselho Tutelar do Lago Sul; Mona Lisa do Nascimento Vieira, representante do Conselho Tutelar; Daniela Moreira de Menezes, representante da Associação Genesis de Qualificação; Camila Lucas Mendes, da DPDF; Ana Paula Barbosa de Jesus Reis do Instituto Epuranios; Ana Flávia Freitas, representante da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo; Ana Luiza Borba, Ingrid Anne Soares de Oliveira, Hosana Araújo da Silva, Sérgio Aparecido Gandra, Jonathas Felipe Aires, Christiane Meirelles da Silva Oelmann, Antonio Gerson Costa Silva, da Secretaria Executiva do CDCA. 1. Informes. 1.1 Informe da Presidência. O Presidente do Conselho, João Henrique, em razão do falecimento da mãe da Conselheira Maria Meire, a pedido desta, concedeu um minuto de silêncio. O Presidente informa a respeito da publicação do edital de eleição da sociedade civil, prazo que se iniciou em 26/08/2024 e vai até novembro de 2024. 1.2. Informe da Vice-Presidência. O vice-presidente do Conselho, Eduardo Chaves, afirma que o prazo está curto para fazer a escolha dos novos membros do comitê consultivo de adolescentes e esclarece que a comissão da eleição deve ser constituída até o dia 15 de setembro de 2024. Informa também acerca da necessidade de que as decisões no CDCA sejam feitas com base na escuta da opinião dos adolescentes e que é importante pensar em um formato de futuramente ter uma comissão das crianças. 1.3. Informe da Secretaria Executiva. A Secretária executiva, Ana Luiza, reforça sobre as eleições das Organizações da Sociedade Civil e esclarece que o link com as informações sobre a eleição está no sítio do CDCA. Ana Luiza solicita que a Secretaria Executiva seja comunicada caso haja algum problema por conta do ataque que o sistema da SETIC/SEEC sofreu, e por causa desse problema, alguns serviços ficaram instáveis e estão retornando aos poucos. A Secretária informa que o edital de chamamento público 03/2022, referente à seleção de OSCS que executarão projetos com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do CDCA foi prorrogado por mais sessenta dias, contados a partir do dia 27/08/2024. 2. Aprovação das Atas da 348ª e 349ª **Reunião Plenária Ordinária.** Ficam aprovadas as atas das reuniões Plenárias 348ª e 349ª do CDCA. 3. Relato das Comissões. 3.1 Relatoria da Comissão de Medidas Socioeducativa - CMSE. A Conselheira Milda Lourdes, relata que a comissão se reuniu em 07/08/2024, e que estiveram presentes os representantes dos Institutos Espírito de Luz, Futuro e Ação, AMPB de Solidariedade, além da presença de representante da Secretaria de Justiça e da Defensoria Pública, e que mais uma vez estiveram ausentes as representações das Secretarias de Educação e Saúde. Milda relata que o representante da Defensoria Pública, que participou da **reunião,** considera de extrema importância a participação das duas Secretarias referidas na comissão, pois são áreas que têm maior relação com o sistema socioeducativo no que se refere às políticas públicas. No primeiro ponto da pauta de **reunião** do dia 07/08/2024, foi relatado que as Unidades de Atendimento têm tido dificuldade em realizar acompanhamento psicossocial dos adolescentes por falta de profissionais. Em função disso, a Comissão solicitou à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, que fosse apresentado um quadro detalhado dos servidores afastados. A SUBSIS respondeu que há 225 servidores afastados de suas funções. Isso levou a Comissão a refletir que seria interessante ter informações detalhadas com o histórico para acompanhar os afastamentos dos servidores. Milda relata que também chamou a atenção para o fato do quanto a questão dos afastamentos dos profissionais está implicando de forma negativa na ressocialização dos adolescentes. A partir dessas informações, a Comissão decidiu pelos seguintes encaminhamentos:1- solicitar à SUBSIS a apresentação de um quadro demonstrativo de jovens por medida socioeducativa nos últimos anos, a fim de ser possível comparar se houve uma redução significativa no número de jovens, que justifique 225 servidores afastados sem que implique na

prestação de serviço; 2- Solicitar também à SUBSIS o quantitativo de servidores afastados em razão de nomeação para cargos em comissão; 3- Também solicitar à SUBSIS o quantitativo de especialistas afastados por outros motivos, especialistas afastados por unidade e servidores ativos em cada unidade. Milda informa que esses dados irão permitir identificar se esses afastamentos estão concentrados em uma ou mais unidades, se há alguma unidade que está sem profissional e permitirá que a Comissão tenha um panorama melhor acerca dos profissionais que atuam nas Unidades. Milda relata que a Defensoria Pública também fará os encaminhamentos necessários no âmbito de suas atribuições e que o tema também será enviado para o Ministério Público para ciência e ações que o órgão considerar cabíveis. A relatora ressalta que foi discutido na **reunião** acerca do cartão de transporte para os adolescentes, e como encaminhamento, foi solicitado à SUBSIS o andamento da portaria conjunta para a promoção da mobilidade urbana dos socioeducandos. Com relação à solicitação de informações sobre a produção de dados da saúde mental, Milda esclarece que a comissão tomou conhecimento da falta de representação da Secretaria de Saúde e da ausência de dados em relação ao acompanhamento da saúde mental dos adolescentes. Em relação à atualização do plano de ação da comissão, Milda esclarece que as escutas das unidades ainda estão sendo feitas. A Conselheira Milda Moraes informou que os projetos de implementação do Sistema de monitoramento por câmeras para as unidades do sistema socioeducativo estão em processo de adesão à ata. Quanto à aquisição de veículos, em julho de 2024 foi estabelecido contato com o executor do contrato e este informou que a empresa responsável deu a previsão de entrega até o dia 25/08/2024, mas não há informações se realmente os veículos já foram entregues. Com relação à aquisição dos equipamentos para a escola de socioeducação, o processo retornou para a equipe de planejamento fazer a atualização dos preços. Quanto à Profissionalização dos Adolescentes, foram atualizadas as informações e encaminhados para programas de estágio e primeiro emprego. A Conselheira Milda foi informada sobre a realização do curso Bem-estar e cuidado no trabalho socioeducativo, uma edição para os gestores, e que houve a participação de 35 gestores. Por fim, a conselheira referida ressalta a importância da participação das Secretarias de Saúde e Educação no Conselho. A conselheira Paloma informa que entrou em contato com o executor do contrato dos veículos e o mesmo solicitou dilatação do prazo de entrega dos carros e que deve demorar cerca de mais um mês para os veículos chegarem. A representante da Defensoria, a Defensora Dra. Camila Lucas relata que a Secretaria de Saúde tem tido dificuldade na atuação no âmbito da garantia de direitos das crianças e adolescentes. 3.2 Relatoria da Comissão de Políticas Públicas – Compp. A conselheira Juliana Miranda, relata que a comissão reuniu-se em 13/8/2024, e estiveram presentes a Silvina, representando a Casa Azul, Júlia e Juliana Miranda, representando o Instituto Aconchego, Eduardo Chaves, representante da SEJUS, Judith Paixão, representando a Secretaria da Mulher, Rodrigo Simões, representante da Secretaria de Esportes e Lazer e como participante, esteve presente o Jaime Dalton da Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas – UNIS. No item um da pauta da **reunião** do dia 13/08 foi abordado sobre a minuta do decreto que vem instituir o programa de autonomia do Distrito Federal e na deliberação foram solicitados alguns ajustes, tendo em vista a necessidade de um alinhamento do tema, pois a comissão estava considerando que se tratava de um projeto e não um programa, desse modo os processos foram retornados. No item dois da pauta da **reunião** do dia 13/8/2024, Juliana esclarece que o projeto de Mobilidade e Acessibilidade foi abordado pelo Jaime e trata-se de um projeto de aquisição de vans para as unidades de internação de saídas sistemáticas, tais aquisições

possibilitaria a mobilidade dos trinta adolescentes na participação de formações e no cumprimento das medidas socioeducativas. Juliana esclarece que a comissão realizou algumas considerações acerca desse projeto, tendo em vista que esses veículos irão compor a frota da Sejus, desse modo, a manutenção e abastecimento ficarão sob os cuidados da SEJUS. Os veículos podem ser solicitados por outras unidades, desde que o processo seja formalizado para a UNIS. Juliana relata que a comissão apontou que atualmente os carros do GDF não estão cobertos por seguros, então foi sugerido pela comissão que fosse adicionado nesse projeto um orçamento para custear o seguro desses veículos. Juliana aponta que foi solicitado pelo Conselheiro Eduardo que fosse feito um levantamento sobre a necessidade de esclarecimentos sobre a questão do cartão BRB mobilidade para os adolescentes. Juliana relata que feitas essas considerações sobre o projeto, a Compp deliberou pela aprovação de projeto. Juliana ressalta que foi abordada a resolução 249/2024 do CONANDA , que trata da proibição de acolhimento de crianças e adolescentes nas comunidades terapêuticas e como encaminhamento, a comissão solicitou à Subsecretaria de Enfrentamento às Drogas informações adicionais sobre esse tema. Juliana afirma que os temas sobre crianças e adolescentes migrantes e refugiados, e sobre crianças e adolescentes em situação de rua, ficaram para a próxima **reunião.** A Conselheira Patrícia Mello ressalta a importância de se verificar como será a identificação dos veículos do projeto aprovado, a fim de não estigmatizar os adolescentes. 3.3 Relatoria da Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo de Adolescentes - Cacon. A conselheira Joelma Bonfim, relata que a **reunião** da CACON, marcada para o dia 08/08/2024 não aconteceu por falta de quórum. Todavia, Joelma ressalta que a pauta era muito importante, tendo em vista que o cronograma das eleições do Comitê Consultivo de adolescentes seria abordado. A conselheira Paloma Figueiredo ressalta a importância de haver envolvimento dos Conselheiros na **reunião** da Comissão e Patrícia Mello e Eduardo Chaves ressaltam a necessidade de garantir a efetiva participação dos adolescentes na comissão e criar meios para isso, além da questão urgente de se repensar o modelo de participação dos adolescentes. O Conselheiro Erick relata que não há inovações na publicação do edital do Comitê e que as redes sociais do CDCA não abordam informações importantes para os adolescentes. Relata também que nas reuniões presenciais não há oferta de transporte e há graves falhas na mobilização dos adolescentes. Afirma que nas Conferências Regionais e Distritais não foi proporcionado aos adolescentes protagonismo durante o evento. João Henrique ressalta que há necessidade do desenvolvimento de ideias para a participação dos adolescentes. Joelma ressalta a necessidade de ouvir mais os adolescentes e divulgar nas redes sociais assuntos de interesse para eles. Ariceya relata que no dia 15 de outubro de 2024 ocorrerá um evento promovido pelo Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes e que em mais da metade do evento serão oferecidas oportunidades para que os adolescentes analisem e discutam propostas sobre a participação na construção de políticas públicas, a fim de subsidiar o plano de ação nacional, cuja meta é a participação dos adolescentes na construção de políticas públicas. Encaminhamento: A CACON reunirá no dia 05/09 e contará com a participação de Conselheiros de outras comissões, a fim de que seja discutida a elaboração do edital do Comitê Consultivo de Adolescentes. Os adolescentes também serão convidados. 3.4 Relatoria da Comissão de Formação e Mobilização - Comfmob. A conselheira Maria Meire relata que no dia 06/08, a Comissão reuniu e na oportunidade a conselheira Ariceya Albuquerque contextualizou a respeito da Oficina de Diagnóstico Social e a necessidade de avanço nas pautas da comissão. Além disso, Ariceya compartilhou com os presentes da **reunião** do dia 06/08 que está

acompanhando as resoluções e discussões do Conanda e que seria interessante ter alinhamento dessas pautas com as da Comissão. Maria Meire relata que o Conselheiro Celiomar apontou a preocupação com o andamento da pauta relacionada às Escolas de Conselhos, visto que na sua visão não houve avanços nessa questão. Maria Meire aponta que os conselheiros deliberaram por verificar o status da Escola de Conselhos para a Secretaria Executiva e pautar a questão na próxima **plenária.** Além disso, foi sugerida a criação de uma conta da Comissão de Formação e Mobilização no Google para veiculação de materiais formativos audiovisuais. Maria Meire afirma que Fáuston e Ariceya discutiram na **reunião** sobre o percurso formativo e conteúdos que seriam pertinentes para a formação dos conselhos de direitos: a) a estrutura do CDCA, b) as comissões temáticas e comitês. Segundo Maria Meire, Ariceya ficou encarregada de trazer a minuta da ementa do curso de formação para os conselheiros e o Conselheiro Fáuston afirmou que o setor onde trabalha dispõe de estúdio para produção e confecção dos vídeos formativos focados na formação dos conselheiros. Maria Meire relata que a Graziele assumirá a responsabilidade por desenvolver os conteúdos para a formação dos novos conselheiros de direitos e as datas para as formações são os dias 25 e 26 de Setembro. Encaminhamento: O Conselho aprova o curso que será ofertado nos dias 25 e 26 de setembro de 2024, ministrado por Ariceya e Graziele no formato on-line de 08:30 às 11:30 e a criação de processos formativos para Conselheiros de Direito em parceria com a Secretaria de Segurança Pública. 3.5 Relatoria da Comissão de Legislação - Comlegis. O Conselheiro Wladimir relata que a comissão acompanhou o edital de eleição da sociedade civil, que já foi publicado no DODF. O edital referido foi divulgado com uma data um pouco diferente do que a comissão havia sugerido, mas isso não trouxe nenhum problema, segundo Wladimir. O Conselheiro afirma que o ponto principal debatido na última **reunião** da comissão foi a análise do regimento interno e que inclusive este assunto foi tema de **reunião plenária** extraordinária, mas não foi possível realizá-la devido à falta de quórum. Na última **reunião** da Comlegis houveram mais algumas contribuições acerca do regimento e a sugestão apontada pela comissão foi que o regimento seja discutido na **plenária,** a fim de que seja feita a aprovação do regimento. Caso não seja possível debater o tema uma única vez na **plenária,** a sugestão é fazer por etapas em mais de uma **reunião plenária,** tendo em vista a dificuldade de realização da **plenária** extraordinária para debater o regimento interno. O presidente João Henrique afirma que foi combinado com a Secretaria Executiva que o regimento será debatido nesta **reunião** no período da tarde. 3.6 Relatoria da Comissão de Conselho Tutelar - CCT. O Conselheiro Wladimir relata que apesar de não ser coordenador da comissão de conselho tutelar, está fazendo parte das discussões da comissão e afirmou que não houve quórum suficiente na última **reunião.** Afirma que a próxima **reunião** está marcada para o dia 10 de setembro e uma conselheira tutelar irá participar na condição de convidada. A Conselheira Patrícia Mello pergunta se a comissão de conselho tutelar conseguiu se reunir em algum momento no ano de 2024, pois não está lembrando que houve relato da comissão de conselho tutelar na **plenária.** Ressalta ainda que é uma comissão muito importante que tem tido dificuldade para mobilizar quórum. Wladimir responde que em 2024 a comissão de conselho tutelar não teve nenhuma **reunião** oficial, devido ao fato do coordenador ter sido substituído e é atualmente que a comissão está tentando retomar os trabalhos. A Conselheira Joelma afirma que sempre está presente na comissão de conselho tutelar e nunca acontece **reunião** por falta de quórum. Todavia, ressalta que na época da eleição do conselho tutelar, a comissão estava muito atuante e apontou que é necessário rever a participação dos responsáveis pela comissão de conselho tutelar. A Conselheira Tutelar Mona Nascimento relata que tem

acompanhado algumas plenárias do CDCA e afirma que o sentimento é de total descaso do debate sobre conselho tutelar no CDCA e que na última **plenária** foi apontando mais uma vez que a **reunião** da comissão de conselho tutelar não reuniu por falta de quórum. Mona ressalta que essa situação é muito preocupante, pois os conselhos tutelares no DF vivem momentos muito delicados e que, portanto, a comissão é muito relevante para fortalecer o debate acerca do tema. Afirma que o CDCA não tem se posicionado acerca de pautas importantes da infância e esse silenciamento é muito preocupante. Mona relata a necessidade de haver compromisso dos integrantes da comissão para que as pautas sejam feitas com seriedade e atenção, pois os conselheiros tutelares vêm sofrendo ataques diariamente e estão sem suporte da comissão. Por fim, Mona se coloca à disposição para contribuir com a comissão e deixa registrado seu descontentamento com a falta de pautas relativas ao conselho tutelar pelo CDCA. O Conselheiro Francisco Beto relata que percebe uma dificuldade por parte de alguns conselheiros tutelares em entender seu papel na visita às instituições para emitir o atestado de qualidade para fins de registro no CDCA. Ressalta que o conselheiro tutelar muitas vezes solicita registro contábil, comprovante de movimentação financeira e uma série de documentos que não estão dentro do crivo do que se pretende com o atestado de qualidade. Relata a necessidade do CDCA orientar os conselheiros acerca desse assunto, pois não há uma padronização do entendimento dos documentos a serem exigidos. Francisco Beto relata também que muitas vezes há problemas políticos do conselheiro tutelar com as instituições e sugere que seja encaminhado à comissão de legislação para debater o tipo de orientação que deve ser dada aos Conselheiros tutelares acerca do atestado de qualidade. Ressalta que em que pese o CDCA ter feito um documento orientador aos conselheiros tutelares sobre o tema, sente a necessidade de melhorias no documento a fim de ficar mais compreensível pelos conselheiros tutelares. Afirma também que isso prejudica as instituições. A Conselheira Patrícia Mello sugere que a normativa acerca do atestado de qualidade poderia vir em conjunto com um formulário com uma entrevista estruturada a ser utilizada nas visitas às instituições e o tema poderá ser debatido na Comissão de Políticas Públicas e na Comissão de Legislação. A Conselheira Tutelar do Lago Sul, Lude Marieta, se coloca à disposição da comissão de Conselho Tutelar para ajudar nos trabalhos da comissão e ressalta a importância de uma cadeira no CDCA ser ocupada por algum conselheiro tutelar do DF. O presidente João Henrique afirma que há vedação legislativa de participação de Conselheiros Tutelares ativos na condição de Conselheiros do CDCA. Encaminhamento: Submeter o tema do atestado de qualidade à Comissão de políticas públicas, a fim de que sejam formuladas orientações acerca das visitas feitas pelos conselheiros tutelares às OSCS e a criação de instrumental para subsidiar as visitas. 3.7 Relatoria da Comissão da Primeira Infância. A Conselheira Daise Moisés relata que não houve **reunião** da comissão de primeira infância no mês de agosto de 2024, porém foi um mês rico de atividades voltadas para a comissão, como a semana do bebê e da primeira infância, que foi acompanhada de perto pela comissão e houveram relatos muito importantes e apresentação das atividades desenvolvidas pelas creches. Houve o evento Agosto Dourado no parque da cidade, que tratou sobre a amamentação, em parceria com a Secretaria da Mulher. Relata também que receberá menção honrosa na Câmara Legislativa pelos trabalhos desenvolvidos na Comissão. O Conselheiro Eduardo relata várias atividades acerca da primeira infância desenvolvidas no mês de agosto e reforça acerca da semana legislativa da primeira infância. Ressalta que as estratégias desenvolvidas no Plano Distrital da primeira infância foram mencionadas com destaque no relatório da política nacional da primeira infância. 3.8 Relatoria do Conselho de Administração do FDCA/DF-

CAFDCA/DF. O Conselheiro Eduardo Chaves relata que na última **reunião** do CAFDCA houve análise de recursos administrativos e questionamento acerca do Projeto da OSC Beneditas Cambiagio e Instituto Inclusão, análise de solicitação de prorrogação de prazo para a execução do projeto "É Conversando que a gente se entende" da OSC LAMANA, alteração de plano de trabalho do projeto Caminhos do Centro Social Tia Angelina. Além da Análise de atualização do mérito do projeto do edital 05/2018 do IDPS e discussão acerca do cadastro da chave pix do BRB e encerramento da conta do Banco do Brasil, com a transferência do saldo da conta do Banco do Brasil para o BRB. Neste ponto, foi deliberado que a conta do Banco do Brasil deve ser encerrada apenas em dezembro de 2024 para que as instituições se adaptem e retirar os dados da conta do Brasil dos informes de depósito. 3.8.1. Apresentação da execução do FDCA - Processo SEI nº 00400-00008792/2021-18. A Conselheira Milda Moraes questiona o valor disponível de recursos para o próximo edital de chamamento público. Destaca ainda em conjunto do Conselheiro Francisco Beto que a planilha com as informações de recursos do fundo deve ser mais clara, a fim de constar informações de valores disponíveis para o próximo edital. A Secretária Executiva, Ana Luiza afirma que há informações na planilha dos valores empenhados e liquidados e explica a planilha de execução para os conselheiros. Afirma também que a Luíza da Ungef está de licença médica e que as informações que constam na planilha são estritamente para atender à solicitação formulada no processo que ela se encontra, que é a execução mensal do fundo e que serão solicitadas informações de valores disponíveis para o próximo edital de chamamento público. A Conselheira Daise Moisés e Milda Moraes afirmam também que não consta na planilha os dados dos valores de captação de recursos. A Conselheira Joelma Bonfim afirma que é necessário maior clareza nas datas em que serão repassados os recursos às OSCS e agradece à Secretaria Executiva pelo empenho na resposta à controladoria acerca dos projetos do edital 03/2022. Encaminhamento: Solicitar à UNGEF informações de valores disponíveis para o próximo edital de chamamento público. 4. Ordem do Dia. 4.1 Processo Sei nº 00400-00052571/2022-68. OBRAS BENEDITA CAMBIAGIO. Projeto: Ser Multiplicadores. Projeto Edital nº 03/2022. Para conhecimento da decisão do CAFDCA da Análise do Recurso administrativo interposto contra a reprovação do recurso. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento e referenda a decisão do CAFDCA de acatar o recurso e aprovar o projeto. 4.2. Processo Sei nº 00400-00053077/2020-59. Lar ASSISTENCIAL MARIA DE NAZARÉ - LAMANA. Projeto: É Conversando que a gente se entende. Projeto Edital nº 01/2020. Aprovação de Prorrogação do prazo de execução do Projeto. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da decisão do CAFDCA de prorrogar o prazo de execução do projeto. 4.3. Processo Sei nº 00400-00053237/2022-21. CENTRO SOCIAL TIA ANGELINA. Projeto: Caminhos. Edital nº 03/2022. Aprovação de alteração no Plano de Trabalho. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da decisão do CAFDCA de aprovar as alterações no plano de trabalho. 4.4. Processo Sei nº 00400-00042052/2024-53 Para conhecimento do cadastro de Chave Pix da Conta Banco de Brasília - BRB do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA e deliberação quanto encerramento da Conta do Banco do Brasil - BB (001), Agência 4200-5, CC nº 6834-9, com a transferência do seu saldo para conta do BRB – Para conhecimento da decisão da DIREX de solicitar à UNGEF que seja feito o cancelamento da Conta do Banco do Brasil apenas em dezembro de 2024, considerando a necessidade de adaptação das instituições e doadores quanto à utilização apenas da conta e chave pix do BRB e comunicar as OSCS acerca do cancelamento da conta do BB. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento do cadastro da chave pix da conta do Banco de Brasília - BRB e

encerramento da conta do Banco do Brasil e referenda a decisão de solicitar à UNGEF que seja feito o cancelamento da Conta do Banco do Brasil apenas em dezembro de 2024, considerando a necessidade de adaptação das instituições e doadores quanto à utilização apenas da conta e chave pix do BRB e comunicar as OSCS acerca do cancelamento da conta do BB. 4.5 Processo Sei nº 00400-00028096/2024-71 -Prorrogação do Edital n.º 03/2022 do CDCA- Para referendo da decisão da DIREX de prorrogar o Edital 03/2022 por mais 60 dias, a contar do dia 27/08/2024. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento e referenda a decisão de prorrogar o Edital 03/2022 por 60 dias, a contar do dia 27/08/2024. 4.6 Andamento da elaboração de novo edital de chamamento público. A Conselheira Daise Moisés afirma que já foi composto um Grupo de Trabalho para esta finalidade. 4.7 Análise da minuta do Regimento Interno. Encaminhamento: enviar a última minuta do regimento interno aprovada pela COMLEGIS para todos os conselheiros, a fim de ser apreciada na próxima **plenária ordinária.** 5. Relatoria dos processos de registro. 5.1 Solicitação de concessão de registro da Instituição Instituto de Educação em Direitos e em Fraternidade – IEDF - para referendo da aprovação do registro – Processo SEI nº 00400-00032683/2024-64. Encaminhamento: O Conselho delibera pela aprovação do registro do Instituto de Educação em Direitos e em Fraternidade – IEDF. 5.2 Solicitação de concessão de registro da Instituição Rede Brasileira de Certificação, Pesquisa e Inovação- RBCIP- Para conhecimento do indeferimento da solicitação de concessão de registro - Processo SEI nº 00400- 00055994/2022-30. Encaminhamento: O Conselho delibera pelo indeferimento da solicitação de concessão de registro da Rede Brasileira de Certificação, Pesquisa e Inovação- RBCIP. 5.3 Solicitação de concessão de registro da Instituição Associação Gênesis de Qualificação - Para conhecimento de solicitação de atualização do Plano de Trabalho, a fim de incluir novos cursos. Processo SEI nº 00400-00017498/2022-88. Encaminhamento: O Conselho delibera pelo deferimento do pedido de alteração na concessão de registro da OSC Associação Gênesis de Qualificação, com a atualização do plano de trabalho e a inclusão dos programas já registrados. 5.4 Centro Cultural Dançar é arte – Para conhecimento do indeferimento da solicitação de concessão de registro. Processo SEI nº 00400-00039805/2023-62. Encaminhamento: O Conselho delibera por indeferir a concessão de registro. 5.5 Processos de reavaliação bianual. Para conhecimento do Conselho. Instituições: 00400-00034623/2024-86 - 00.085.092/0001-50 - Ação Social do Planalto; 00400-00029703/2024-10 - 38.011.632/0001-23 - Instituto Epuranios; 00400-00031588/2024-43 - 23.660.351/0001-24 - Instituto Comunitária de Santa Maria e Regiões; 00400-00036543/2024-65 - 10.631.249/0001-59 - Associação Lar Infantil Chico Xavier; 00400-00046756/2024-03 - 37.381.902/0001-25 - Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração RENAPSI; 00400-00032058/2024-12 - 00.643.692/0001-96 - Associação de Pais e Amigos Excepcionais do Distrito Federal - APAE/DF; 00400-00035456/2024-91 - 04.430.077/0001-52 - Transforme - Ações Sociais e Humanitárias. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento dos processos de reavaliação bianual. Nada mais havendo a tratar, a **reunião** foi encerrada às 13h15 e eu, Sérgio Aparecido Gandra, Diretor de Acompanhamento de Normas e Comissões Substituto, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. João Henrique Barbosa Presidente do CDCA/DF.